

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 31/Out



cntv@terra.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3078- Ano 2023



## DISTRITO FEDERAL



### **ATENÇÃO VIGILANTES QUE PRESTAM SERVIÇO NO GDF (LOTE 3) E SÃO EMPREGADOS DA CONFEDERAL EMPRESA CONFEDERAL AFIRMA QUE DEIXARÁ CONTRATO E SINDESV, EM REUNIÃO NA SEPLAD, TEM A GARANTIA DE EMPREGO E SALÁRIO**



Diante da demora de uma decisão do Tribunal de Contas do DF, sobre o contrato 31, lote 3, tocado pela Confederal, mas que está sub-júdice, a Empresa comunicou, dia 27/10/2023 que estaria deixando o contrato.

Com isso, o Sindicato dos vigilantes do DF, através de seu presidente Paulo Quadros e os diretores Melqui e Elton, estiveram no GDF, dia 30/10/2023, na SEPLAD e fizeram uma reunião quando cobramos o emprego e os salários dos 598 vigilantes que prestam serviço ao GDF no lote 3. Lembramos ainda da cláusula da continuidade e nos foi garantido que nenhum vigilante sofreria qualquer prejuízo nem de salário e nem de emprego.

Como ainda não está definido se a Confederal vai continuar no contrato ou, caso a empresa saia mesmo, quais empresas assumiriam na modalidade sobras de contratos, estamos tranquilizando os vigilantes e, nesta terça, 31/10/2023, quando tivermos a definição desta situação, faremos uma nova nota comunicando aos vigilantes.

A reunião na Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal (Seplad) contou com a participação dos seguintes gestores do GDF:

**1-Renato Alencar** - Secretário Executivo de Contratos e Tecnologia da Informação;

**2-Monise Carrijo** - Subsecretária

de Compras Governamentais  
**3-Daniel Riehl** - Subsecretário de Gestão de Contratos Corporativos

**4-Rodrigo Neves** – SUCORP/SECONTI

**5-Vinicius Faria** – SUCORP/SECONTI.

**ATENÇÃO VIGILANTES QUE ESTÃO NO LOTE 3 DO GDF PELA CONFEDERAL: CONTINUEM EM SEUS POSTOS DE SERVIÇO NORMALMENTE.**

**O SINDICATO ESTÁ ACOMPANHANDO TODO O PROCESSO, NEGOCIANDO E TRABALHANDO EM DEFESA DE SEUS INTERESSES.**

# CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO DOS VIGILANTES DO ESTADO DA BAHIA

A reforma Trabalhista, em vigor desde 2017, que acabou com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reduziu o poder dos sindicatos de negociar melhorias das condições de trabalho e renda com os patrões e sufocou o financiamento dessas entidades para enfraquecê-las e, assim, reduzir seu poder de pressão. O resultado é a queda no poder de compra cada vez mais corroído, além da perda de direitos conquistados com muita luta de centenas de categorias profissionais.

O sindicato é um instrumento de luta coletiva dos trabalhadores, e tem que ser valorizado e fortalecido com a sindicalização dos trabalhadores que têm o direito de votar para escolher a direção, a pauta de reivindicação e a luta que precisa ser feita para conseguir melhores condições de trabalho, salário e demais benefícios para a categoria.

As primeiras iniciativas de organização sindical dos vigilantes no estado da Bahia aconteceram em 1981, neste ano a categoria realizou greves e organizou a Associação Profissional dos Vigilantes do Estado da Bahia – APVEB, enfrentando, inclusive, a ditadura militar.

A sindicalização é um direito do trabalhador e um verdadeiro exercício de cidadania. Os sindicatos são os legítimos representantes dos trabalhadores junto aos empregadores, e, sindicalizar-se significa participar de ações que valorizam a vida de cada trabalhador.

Se você ainda não é sindicalizado, chegou a hora de fortalecer a luta, e tornar seu SINDVIGILANTES/BA, mais forte e mais eficiente na defesa de seus direitos, fazer parte de um Sindicato de luta, atuante, é fazer parte da história e da luta dos vigilantes da Bahia.

Ao se associar, você passa a contribuir mensalmente com um valor equivalente a 2,5% do seu salário base, ou seja, um pouco mais de R\$: 34,00 reais, mensal.

Atualmente essa é a única fonte de arrecadação do nosso SINDVIGILANTES/BA, é com esse recurso que é mantida toda a estrutura, manutenção, funcionários, veículos, visitas aos interiores do estado e todas as demais despesas para o eficaz funcionamento da instituição SINDVIGILANTES/BA.

Portanto, uma categoria forte, tem um sindicato forte.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

# Terceirização: patrões do RS defendem aprimorar processos e reduzir concorrência desleal



O Representantes de entidades sindicais patronais nos setores da vigilância, comunicações, asseio e conservação sugeriram um conjunto de alternativas que podem aprimorar legislações e processos para reduzir a concorrência desleal no ambiente da subcontratação de serviços terceirizados.

A proposta dos patrões foi feita durante o diálogo que ocorreu na manhã desta quinta-feira (26), na Superintendência Regional no RS Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Porto Alegre.

A mesa de negociação sobre “Trabalho Terceirizado – Diálogo Tripartite: concorrência desleal e não pagamento de direitos. Como aumentar os procedimentos preventivos” continua nesta sexta-feira (27), às 9h, quando serão ouvidas as representações dos trabalhadores dos mesmos setores.

A iniciativa para reunir empregadores, trabalhadores e o poder público vem sendo construída desde o final de setembro e está avançando nas conversas com diferentes agentes.

Cerca de 40% dos processos que tramitam no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4) se referem a pendências laborais relativas à terceirização.

## **Entendimento construído**

“Hoje foi uma oportunidade de reunir separadamente com a bancada patronal do trabalho terceirizado, o que permitiu reunir informações sobre onde está a fragilidade legal que tem aberto espaços para a malandragem na área e, por consequência, gera trabalho precário, semi-escravo e extremamente desvalorizado”, afirmou o superintendente regional do MTE, Claudir Nespolo.

Segundo ele, “a intenção é construir a base do entendimento que contribua decisivamente na melhoria de leis, processos e práticas no ambiente terceirizado”.

## **Prejuízo à sociedade**

“Estamos acompanhando esse diálogo social entre empregadores, trabalhadores e entidades que regulam e governam o mundo do trabalho para elevar o patamar das relações nesse ambiente. O mercado de trabalho tende

à crescente terceirização e esse processo sem critérios leva à degradação das condições de trabalho, emprego e remuneração”, analisou a economista do Dieese, Lúcia Garcia.

Especialista no mundo do trabalho, ela participou do encontro como observadora do Instituto do Trabalho e Transformação Social (ITTS).

“Sobre a sociedade recai um custo elevadíssimo em termos de judicialização e perda de qualidade do serviço público. Precisamos encontrar um novo espaço de regulação das relações sociais e de trabalho e aqui estão sendo construídas de maneira negociada”, completou a especialista, que também estará presente na reunião desta sexta-feira.

### **Apoio dos empregadores**

Estiveram presentes representantes do Sindicato de Asseio e Conservação do Rio Grande do Sul (Sindasseio), Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações (Sinstal) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Rio Grande do Sul (Sindesp).

Legislações desatualizadas, comissões de licitação despreparadas e ausência de critérios claros têm trazido insegurança jurídica aos empresários, destacaram os representantes patronais.

Todos manifestaram a importância deste movimento conjunto para assegurar que empresas idôneas possam investir e operar com mais segurança nas contratações. “É uma pauta de interesse de toda a sociedade e estamos aqui para colaborar”, declarou a presidente do Sindasseio, Adriana Melo.

Há um conjunto de brechas e imprecisões legais que dão margem a questionamentos judiciais, geram enormes passivos, prejudicando tanto empreendedores, poder público como trabalhadores, apontaram.

### **Fechar as portas para práticas abusivas**

“Estamos empenhados em construir um consenso entre empregadores e trabalhadores para coibir a concorrência desleal e assegurar trabalho decente no ambiente das terceirizações, tanto no serviço público como nas contratações privadas”, reforçou Nespolo.

Para ele, construir regras coletivas garante maior cuidado na hora de contratar. “Ao se avançar na legislação do trabalho terceirizado se fecham as portas de práticas abusivas que degradam os direitos dos trabalhadores”, registrou o superintendente regional do MTE.

A pauta para um pacto que corrija práticas prejudiciais ao empreendedorismo e ao trabalho proposta pelo MTE já encontrou apoio de instituições como o TRT-4, o Tribunal de Contas do Estado e o governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento, Gestão e Inovação, confirmou Nespolo.

Ele adiantou que tem reuniões agendadas com os presidentes da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e da Associação Brasileira dos Municípios para abordar a pauta que tem afligido os gestores públicos.

As más práticas de empresas terceirizadas no serviço público têm resultado em duplo pagamento, onerando os cofres públicos e gerando enormes passivos trabalhistas nas três esferas de governo.

Fotos: Stela Pastore – ITTS

Fonte: CUT-RS com Stela Pastore – ITTS

# Juiz minimiza acusações de bancos e abre recuperação judicial da Gocil

**Juiz afirma que grupo Gocil, de Washington Cinel, demonstrou estar em crise e que eventuais fraudes podem ser objeto de responsabilização**

Reprodução/Instagram



O juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Justiça paulista, autorizou a abertura da recuperação judicial do grupo empresarial de Washington Cinel, dono da Gocil, uma das maiores empresas de vigilância privada do país.

A decisão blinda por 180 dias todas as empresas de Cinel de ações de execução de cobranças na Justiça. No despacho, o magistrado minimiza as acusações feitas por bancos de que o pedido de recuperação judicial é fraudulento e de que estaria sendo usado para blindar o patrimônio do empresário.

“Quanto à suposta impossibilidade de processamento do pedido por inexistência de crise por determinadas devedoras, e pelo próprio Washington, tese sustentada por alguns bancos em suas manifestações iniciais, não pode ser aceita”, afirmou Oliveira Filho.

O juiz afirma, no entanto, que “caso detectada alguma fraude, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente o seu autor, sem prejuízo” de um eventual “afastamento dos controladores e administradores”. “Não é caso, contudo, de indeferimento da inicial”, afirma.

Segundo Oliveira Filho, a empresa demonstrou as “causas da crise de forma adequada e a necessidade da recuperação, não havendo razão para maior detalhamento, pois os credores podem examinar as demonstrações financeiras e constatar se o diagnóstico da crise pelas devedoras está correto ou não, aprovando ou rejeitando o plano de recuperação a ser apresentado”.

Como mostrou o Metrôpoles, bancos contestaram de maneira dura o pedido de recuperação judicial do grupo de Cinel. O Banco do Brasil, que costuma votar contra recuperações, mas raramente parte para o ataque, afirmou que o empresário quer viver uma “vida de luxo e ostentação” às custas de seus credores.

Já o Safra afirmou à Justiça que o empresário usa o pedido de recuperação judicial como uma “pueril tentativa de blindar” seu “multimilionário” patrimônio e “fraudar seus credores”.

O Metrôpoles revelou que antes de pedir recuperação judicial, empresas de Cinel contraíram créditos de R\$ 510 milhões junto ao Banco do Nordeste (BNB). Uma das cédulas, no valor de R\$ 325 milhões, foi firmada dois meses antes do pedido. E parte da verba, no valor de R\$ 32 milhões, liberada dias antes de a empresa requerer a recuperação judicial. Uma fazenda foi dada em garantia ao banco, o que pode protegê-la da venda para pagar credores.

A coluna de Guilherme Amado revelou que, apesar de avaliado em R\$ 325 milhões pelo banco, o imóvel foi comprado dois anos antes por R\$ 41 milhões, em um valor bem menor.

Questionado pelo Metrôpoles sobre os empréstimos concedidos ao grupo de

Washington Cinel às vésperas da recuperação judicial, o BNB afirmou, por meio de nota, que “todo o processo seguiu rigorosamente os trâmites legais e normativos estabelecidos”.

“Vale ressaltar que, em situações de inadimplência e até mesmo nos casos de recuperação judicial, são adotadas as medidas necessárias para assegurar o ressarcimento do banco, em conformidade com as práticas comumente adotadas”, completou.

O BNB afirmou posteriormente que “não repassou R\$ 510 milhões presentes nas cédulas de crédito às quais o Metrôpoles obteve acesso às vésperas do grupo de Cinel entrar em recuperação judicial”.

Segundo o banco, “todo recurso efetivamente repassado pelo BNB somou R\$ 188 milhões, sendo que R\$ 156 milhões foram creditados em 2022 e R\$ 32 milhões, este ano.” Ainda de acordo com a instituição, “todo o processo seguiu rigorosamente os trâmites legais e normativos estabelecidos”.

Já o Grupo Handz, que controla as empresas de Cinel, afirma que as informações “não procedem”, sem detalhar quais seriam as informações consideradas corretas. “O Grupo não pode se manifestar em relação a dados econômico-financeiros devido ao processo de recuperação judicial em andamento”, alegou.

A reportagem do Metrôpoles foi baseada em documentos do próprio BNB que foram anexados ao processo de recuperação judicial do grupo de Washington Cinel.

Fonte: METROPOLES - Luiz Vassallo

# STF deixa banco tomar casa própria, mas não corrige o saldo do FGTS, critica CNTSS

**Dirigente da CNTSS, que atua como 'amicus curae' no STF, pela correção do FGTS, diz que a Corte tira a casa de quem não pode pagar, mas esquece que valor maior no saldo do Fundo aliviaria custo do financiamento**

NELSON JR SCO - STF



A decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em considerar constitucional a lei que permite aos bancos tomar a moradia de um mutuário que esteja inadimplente, sem consulta à Justiça, gerou críticas do secretário de Finanças da CNTSS, Sandro Alex de Oliveira Cezar. Para o dirigente, que também é presidente da CUT-Rio, é incoerente o STF permitir que bancos tomem casas de pessoas que atrasam as mensalidades por três meses, mas, no entanto, atrasa a decisão sobre mudar o índice do cálculo dos juros sobre o saldo do FGTS, que é o maior financiador de imóveis.

A entidade é amicus curae junto à Corte na ação que pede a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por um novo índice, pois o atual está abaixo da inflação. Amicus curae é um termo em latim que significa “amigos da Corte”, que permite que uma entidade defenda o seu ponto de vista em julgamentos do Supremo, mesmo não sendo a autora da ação.

Hoje o rendimento do saldo do Fundo é corrigido pela Taxa Referencial (TR), e de 1991 a 2012 chegou a ser de menos de 1%, prejudicando os trabalhadores. A partir de 1999 a alteração no cálculo da TR fez com que

deixasse de representar ou corresponder aos índices inflacionários correntes, como o INPC ou o IPCA-E. A única correção foi de 3% ao ano de juros, índice garantido pelo Fundo, independente da TR. O Supremo deve votar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5090, ajuizada, em 2014, pelo partido Solidariedade, que contesta o uso da Taxa de Referência (TR) como o índice que corrige o saldo do FGTS.

“Se o mutuário for um participante do sistema do FGTS e tiver a sua dívida corrigida pela Caixa, ele, por outro lado, não terá o seu saldo no Fundo corrigido para que possa abater do valor do financiamento. É uma incoerência”, diz.

***Os ministros esqueceram que saímos da maior catástrofe do mundo que foi a pandemia da covid. Milhares de trabalhadores perderam seus empregos, os salários foram achatados e, na hora em que mais precisam podem ficar sem um teto-Sandro Alex de Oliveira Cezar***

Para ele, o Brasil corre o risco de passar pelo mesmo período conturbado que ocorreu nos Estados Unidos, com a crise da hipoteca. Em 2008, os norte-americanos vivenciaram uma crise econômica sem precedentes, que se alastrou pelo mundo e os bancos tomaram as casas de milhares de pessoas que não conseguiram pagar suas hipotecas – formas de financiamento em que o imóvel é dado como garantia ao banco caso o tomador não consiga pagar as dívidas.

## **A decisão do STF**

Na prática, as instituições financeiras poderão penhorar a moradia financiada dos inadimplentes. Tratam-se de contratos

com Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), com alienação fiduciária de imóvel, prevista na Lei 9.514/97. Essa lei prevê que em caso de não pagamento a instituição credora pode realizar uma execução extrajudicial e retomar o imóvel, quando o bem é usado como garantia de financiamento. O procedimento é feito por meio de um cartório e não passa pela Justiça. O STF agora validou a regra para todos os casos, extinguindo os recursos à Justiça.

O caso que levou à decisão envolveu uma disputa entre um cliente e a Caixa Econômica Federal (CEF). O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região entendeu que a execução extrajudicial de título com cláusula de alienação fiduciária com garantia não viola as normas constitucionais. Então, deveria ser alvo de apreciação do Judiciário apenas se o devedor considerar necessário.

Os devedores argumentaram que a permissão para que o credor execute o patrimônio, sem a participação do Judiciário, viola princípios como o devido processo legal, a inafastabilidade da jurisdição, a ampla defesa e o contraditório, representando uma forma de autotutela “repudiada pelo Estado Democrático de Direito.”

Votou pela validade da norma o relator, ministro Luiz Fux. Outros ministros seguiram Fux na íntegra: Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso. Contudo, Edson Fachin, seguido pela ministra Cármen Lúcia, abriu divergência. Ele argumentou que a execução extrajudicial nos contratos de mútuo não é compatível com a proteção constitucional do direito fundamental à moradia.

Fachin acredita que a decisão não avança na construção de uma sociedade mais justa e solidária, nem estimula soluções econômicas sustentáveis para o enfrentamento da falta de moradia digna. Ao final de seu voto, Fachin firmou o entendimento de que a legislação impugnada afronta o devido processo legal, o acesso à justiça, o juiz natural e não é compatível com a proteção constitucional do direito fundamental à moradia.

## **Imóveis alienados**

O ministro Luiz Fux contextualizou a criação da Lei 9.514/97. Ele argumentou seu propósito de melhorar o sistema de financiamento da casa própria. Em sua análise, Fux explicou o funcionamento da alienação fiduciária nos contratos de mútuo e argumentou que a lei resguardou ao fiduciante o direito de recorrer ao Judiciário, caso se sinta prejudicado ou veja irregularidade no procedimento.

O relator, então, ressaltou que o procedimento é complexo e regrado, visando equilibrar a previsibilidade das consequências em caso de não cumprimento do contrato, sem violar a autonomia privada. Para o ministro, as regras se coadunam com a Constituição Federal e com as normas do Código de Processo Civil aplicáveis a trâmites judiciais que envolvem direitos reais de imóveis.

## **Relevância social dos imóveis**

Em forma de reduzir o impacto nefasto na vida dos inadimplentes, relator apelou para a relevância econômica e social do caso. Ele destacou impactos da execução extrajudicial nos contratos de mútuo no mercado de crédito imobiliário. A alienação fiduciária permite, para Fux, avanços no mercado imobiliário. Isso, a partir do crescimento do volume de crédito e geração de empregos no setor da construção civil.

## **O voto de Fachin**

Fachin argumentou que a decisão do STF traz consigo uma série de implicações. Não apenas para os devedores e credores, mas também para o mercado imobiliário e o debate sobre direitos fundamentais. Então, ele destaca a complexidade de encontrar um equilíbrio entre a proteção do direito à moradia e a estabilidade do mercado financeiro. A sociedade e o mercado acompanharão de perto os desdobramentos desta importante decisão judicial.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), informou ao jornal O Globo, que a alienação fiduciária está presente em cerca de 99% dos 7,8 milhões de contratos de financiamento imobiliário que estavam ativos no Brasil em agosto deste ano e, que um estudo apontava uma taxa de 1,7% de inadimplência nesses tipos de contratos.

Com informações da RBA

FONTE: CUT - Escrito por: Rosely Rocha

# Previdência deve ser luta da classe trabalhadora, afirma ex-ministro Berzoini



Na sexta edição do Ciclo de Debates da CUT, sob o tema “100 anos de Previdência Social e a luta da CUT pelo direito à proteção social”, realizado nesta quarta-feira (25), quem ficou com a palavra de ordem foi o ex-ministro do Trabalho, das Comunicações e da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini, substituindo o também ex-ministro da Previdência Carlos Eduardo Gabas, inicialmente confirmado para o encontro.

Berzoini explicou o histórico social, econômico e político, de reivindicações populares e, especialmente, de enfrentamento dos trabalhadores, para que o Brasil chegasse ao sistema previdenciário tal como é hoje.

Ou seja, um sistema solidário, organizado a partir da Constituição de 1988 para um conjunto de premissas que garantissem segurança social

– previdência, assistência social e saúde, sob a lógica da proteção social. Esse sistema tem como estratégia o financiamento via folha de pagamento dos trabalhadores, o faturamento do Cofins (imposto sobre o faturamento bruto das empresas) e também o lucro líquido das empresas.

No debate, o ex-ministro chamou a atenção para o compromisso que o movimento sindical deve ter com “uma educação permanente e pedagógica do que é e da relevância do sistema previdenciário brasileiro.”

## **Previdência é sistema de proteção social**

“Há uma falha do Estado, e eu alertava isso ao presidente Lula, mas também nosso, do movimento sindical, com este trabalho pedagógico. O trabalhador precisa entender desde o primeiro dia em que ele entra no

mercado de trabalho que esse sistema protege a renda da classe trabalhadora por toda a sua vida. É um sistema de proteção social, não de aposentadoria”, afirmou Berzoini.

A reflexão foi corroborada pela secretaria nacional de Formação da CUT, Rosane Bertotti, responsável pelo Ciclo de Debates. Rosane vê com maior preocupação o desconhecimento da juventude sobre o tema.

“Os jovens entendem a aposentadoria como algo muito longe, muito distante, e não como parte das suas vidas hoje, tampouco como um direito, o que é ainda mais grave. A previdência é uma pauta da CUT desde o seu nascedouro, e deverá fazer parte da sua organização para os próximos 40 anos”, reiterou a dirigente.

Para o ex-ministro, “todos os dirigentes cutistas precisam ter o tema previdenciário na ponta da língua”, de forma que toda a população brasileira tenha consciência de que a previdência é uma conquista que gera R\$ 850 bilhões em renda por ano.

Hoje, 32 milhões de brasileiros recebem recursos da Previdência, o que permite, como colocado no Ciclo de Debates, “que muita gente que ia passar fome, não passe fome, ou que muita gente que iria passar dificuldade, não passe dificuldade”, e que, portanto, deve ser defendida pela classe trabalhadora.

Desses 32 milhões, de setembro de 2022 a agosto de 2023, segundo dados apresentados por Berzoini no debate, 12,3 milhões receberam aposentadoria por idade e 6,9 milhões por tempo de contribuição.

Pouco mais de 3 milhões receberam por invalidez, 8,3 milhões por morte, 1,1 milhão receberam o chamado auxílio doença e 376 mil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

o auxílio acidente.

No mesmo período foram pagos 22 mil auxílios suplementares, e 82 mil mães receberam salário maternidade. “Ou seja, são pessoas reais. É o povo brasileiro”, reforçou o ex-ministro.

### **Participação**

O representante da CUT no Conselho Nacional da Previdência Social, Ariovaldo Camargo, mediador do encontro desta quarta-feira, lembrou dos efeitos que a seguridade social teve no Brasil a partir da Constituição de 1988.

Um dos exemplos citados foi a redução das até então altas taxas de mortalidade infantil, possível a partir da universalização dos sistema de proteção social, com a aposentadoria e o Sistema Único de Saúde (SUS).

“Nós precisamos fortalecer os espaços de participação e decisão da população, como os conselhos. O nosso sistema previdenciário não pode ser um negócio para o sistema financeiro, como uma poupança, que se acumula e reparte consigo mesmo, mas usado para financiar a renda da população”, disse Ariovaldo.

### **Ciclo de Debates**

O Ciclo de Debates é realizado uma vez por mês, e faz parte da programação do aniversário dos 40 anos da CUT, celebrado em agosto deste ano. O próximo será dia 22 de novembro com o tema “A CUT na luta contra o racismo estrutural”.

O último encontro do ano será feito no dia 12 de dezembro e irá debater os “Desafios futuros para a CUT diante das novas formas de trabalho e de organização da classe trabalhadora”.

Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

Fonte: Carol Scorece / CUT Brasil

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF